

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

<b>TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>35</b>
1. Referências históricas trabalho humano .....	35
1.1. Fatores históricos do surgimento do Direito do Trabalho .....	36
1.1.1. Revolução Industrial .....	36
1.1.2. Grande concentração de operários nas cidades onde estavam localizadas as fábricas .....	37
1.1.3. Doutrina social da Igreja e valorização do trabalho humano ...	37
1.1.4. Desenvolvimento da teoria da dignidade da pessoa humana, impulsionada pelo cristianismo .....	37
1.1.5. Condições de trabalho precárias .....	37
1.1.6. Reconhecimento do direito de união e as primeiras greves .....	37
1.1.7. Questão social .....	38
2. História do Direito do Trabalho no Brasil .....	38
3. A Consolidação das Leis do Trabalho .....	42
4. Do cenário atual do Direito do Trabalho no Brasil .....	44
5. Funções do Direito do Trabalho no sistema capitalista .....	47
6. Definição de Direito do Trabalho .....	48
7. Da autonomia do Direito do Trabalho .....	50
8. Da natureza jurídica do Direito do Trabalho .....	51
9. Divisões do Direito do Trabalho .....	51
10. Relações do Direito do Trabalho com os demais ramos do Direito .....	53
10.1. Direito Constitucional .....	53

10.2. Direito Processual do Trabalho .....	53
10.3. Direito Civil .....	54
10.4. Seguridade Social .....	55
10.5. Direito Penal .....	55
11. Da constitucionalização do Direito do Trabalho .....	57
12. A proteção ao trabalho humano na Constituição de 1988 .....	60

## **CAPÍTULO II**

### **PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO ..... 63**

1. Da distinção entre normas, regras e princípios .....	63
2. Conceito e finalidades dos princípios .....	64
3. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho .....	65
3.1. Valor social do trabalho .....	66
3.2. Melhoria da condição social do trabalhador .....	67
3.3. Dignidade da pessoa humana do trabalhador .....	71
4. Dos princípios clássicos do Direito do Trabalho .....	74
4.1. Proteção .....	75
4.1.1. Norma mais favorável .....	76
4.1.2. <i>In dubio pro operario</i> .....	76
4.1.3. Condição mais benéfica – segurança jurídica do trabalhador .....	80
4.2. Irrenunciabilidade de direitos .....	84
4.2.1. Da renúncia e transação no Direito do Trabalho .....	84
4.3. Continuidade .....	86
4.4. Primazia da realidade .....	87
4.5. Boa-fé .....	87
4.6. Razoabilidade .....	88

## **CAPÍTULO III**

### **FONTES DO DIREITO DO TRABALHO ..... 91**

1. Conceito de fonte do Direito .....	91
2. Do pluralismo jurídico do Direito do Trabalho .....	91
3. Das espécies normativas no Direito do Trabalho .....	92
3.1. Constituição Federal .....	92

3.2. Leis trabalhistas .....	93
3.3. Medidas provisórias .....	93
3.4. Costume .....	94
3.5. Princípios .....	95
3.6. Jurisprudência .....	95
3.7. Precedente judicial .....	96
3.7.1. Precedentes vinculantes ou qualificados no Direito do Trabalho .....	98
3.8. Das Súmulas em matéria trabalhista .....	101
3.9. Doutrina .....	105
3.10. Regulamento de empresa .....	105
3.11. Sentença normativa .....	106
3.12. Direito comparado .....	106
3.13. Acordos e Convenções Coletivas do Trabalho .....	107
3.14. Direito comum .....	107
3.15. Decretos do Presidente da República e portarias do Ministério do Trabalho .....	108
4. Hierarquia das fontes no Direito do Trabalho .....	108
5. Integração do Direito do Trabalho .....	111
5.1. Analogia .....	111
5.2. Equidade .....	113
5.3. Aplicação do Direito comum ao Direito do Trabalho .....	113
5.4. Normas internacionais (Convenções da OIT) .....	114
5.4.1. Do controle de convencionalidade das normas trabalhistas ...	117

## **CAPÍTULO IV**

### **DA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ..... 121**

1. Da interpretação do Direito do Trabalho .....	121
2. Métodos clássicos de interpretação do Direito do Trabalho .....	122
2.1. Literal ou gramatical .....	122
2.2. Histórico .....	122
2.3. Teleológico .....	123
2.4. Sistemático .....	123
2.5. Restritivo .....	124

2.6. Extensivo .....	124
2.7. Autêntica e doutrinal .....	124
3. Regras de interpretação constitucional .....	124
3.1. Unidade .....	125
3.2. Conformidade com a Constituição .....	125
3.3. Máxima efetividade .....	125
3.4. Força normativa .....	126
3.5. Proporcionalidade .....	126
4. Limitação da interpretação das normas coletivas pelos Tribunais Trabalhistas (Lei 13.467/17) .....	127
5. Aplicação da lei trabalhista no tempo .....	128
6. Aplicação das normas do direito do trabalho no espaço .....	133
7. Flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas .....	136

## **CAPÍTULO V**

<b>DA RELAÇÃO DE TRABALHO .....</b>	<b>139</b>
1. Dos conceitos de relação de trabalho e relação de emprego .....	139
2. Da natureza jurídica da relação de trabalho .....	140
3. Relações de trabalho que não configuram relação de emprego .....	141
4. Trabalhador autônomo .....	142
5. A pejotização .....	143
6. Do representante comercial .....	146
7. Do autônomo exclusivo .....	150
8. Prestadores de serviços vinculados às plataformas digitais (UBER) .....	151
9. Trabalhador eventual .....	162
10. Trabalhador voluntário .....	163
10.1. Trabalhador religioso .....	164
11. Trabalhador avulso .....	165
11.1. Avulso não portuário .....	167
12. Do trabalhador cooperado .....	169
13. O empreiteiro e o contrato de empreitada .....	171
14. Do estagiário .....	173

**CAPÍTULO VI**

<b>DO EMPREGADO .....</b>	<b>177</b>
1. Conceito e requisitos .....	177
1.1. Pessoa natural .....	178
1.2. Serviços de natureza não eventual .....	178
1.3. Subordinação .....	178
1.3.1. Técnica .....	178
1.3.2. Econômica .....	178
1.3.3. Jurídica .....	179
1.3.4. Estrutural .....	179
1.3.5. Meios telemáticos e informatizados, controle e supervisão ..	181
1.4. Pessoalidade .....	182
1.5. Onerosidade .....	182
2. Modalidades especiais de empregados .....	183
2.1. Dos altos empregados .....	183
2.2. Diretor de S.A. ....	184
2.3. Cláusula de não concorrência do alto empregado e efeitos no con- trato de trabalho .....	185
2.4. Da possibilidade de o alto empregado negociar cláusulas contratuais .....	186
3. Empregados domésticos .....	187
3.1. Conceito .....	187
3.2. Direitos dos domésticos .....	191
4. Empregado rural .....	195
4.1. Conceito .....	195
4.2. Singularidades do trabalhador rural .....	196
5. Do trabalho fora do estabelecimento do empregador .....	197
6. Do trabalho em domicílio ( <i>home office</i> ) .....	197
7. Do teletrabalho .....	199
8. Empregados de cartórios extrajudiciais .....	203
9. Do empregado público .....	205
9.1. Conceito e regime jurídico .....	205
9.2. Estabilidade e formalidades para dispensa .....	206
9.3. Competência da Justiça do Trabalho .....	209

**CAPÍTULO VII**

<b>DO EMPREGADOR .....</b>	<b>213</b>
1. Conceito .....	213
2. Características do empregador .....	214
2.1. Despersonalização .....	214
2.2. Assunção dos riscos da atividade econômica .....	214
2.3. Poder diretivo .....	215
2.3.1. Poder regulamentar .....	215
2.3.2. Poder disciplinar .....	215
2.3.3. Direito de variar ( <i>jus variandi</i> ) .....	216
3. Do empregador por equiparação .....	216
4. Grupo de empresas ou empregadores .....	216
4.1. Do reconhecimento do grupo de empresas na execução trabalhista ...	221
5. Consórcio de empregadores .....	224
5.1. Consórcio de empregadores rural .....	226
5.2. Consórcio de empregadores urbanos .....	227
6. Da sucessão de empregadores .....	228
6.1. Da responsabilidade da empresa sucedida .....	231
7. Falência e recuperação judicial – efeitos nos créditos trabalhistas .....	231
7.1. Privilégio do crédito trabalhista na falência .....	237
7.2. Aplicação de multas pelo não pagamento de verbas rescisórias ....	238
7.3. Alienação de bens na falência e recuperação judicial e sucessão trabalhista .....	238
7.4. Responsabilidade de terceiros (solidários e subsidiários, e descon- sideração da personalidade jurídica) na falência e recuperação judicial .....	240
8. A responsabilidade patrimonial do sócio e a desconsideração da perso- nalidade jurídica no Direito do Trabalho .....	242
9. Da responsabilidade do sócio retirante .....	248
10. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica .....	249
11. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	251

**CAPÍTULO VIII**

<b>DO CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>255</b>
1. Do contrato. Definição .....	255
2. Princípios fundamentais dos contratos .....	255
2.1. Autonomia da vontade .....	255
2.2. Supremacia da ordem pública .....	256
2.3. Força vinculante .....	256
2.4. Princípio da função social do contrato .....	256
2.5. Boa-fé objetiva .....	257
2.6. Equilíbrio contratual .....	257
3. Do contrato de trabalho .....	257
3.1. Características do contrato de trabalho .....	259
4. Das tratativas preliminares do contrato de trabalho. Manifestação da vontade e pré-contrato .....	259
5. Exigência de tempo de experiência do empregado para contratação .....	260
6. Contrato de trabalho tático .....	261
7. Requisitos de validade do contrato de trabalho .....	261
7.1. 'Capacidade de direito .....	262
7.2. Capacidade de fato ou de exercício .....	262
7.3. Forma prevista ou não vedada em lei .....	263
8. Nulidades do contrato de trabalho .....	263
9. Direitos e obrigações do empregador .....	265
9.1. Direitos inerentes ao poder diretivo .....	265
9.2. Padrão de vestimenta dos empregados .....	266
9.3. Monitoramento do <i>e-mail</i> .....	266
9.4. Das revistas .....	269
10. Obrigações do empregador .....	270
11. Proteção de dados pessoais dos empregados (Lei Geral de Proteção de Dados) .....	271
12. Direitos e obrigações do empregado .....	277
13. Das invenções do empregado .....	278
14. Dos contratos por prazo determinado .....	279
14.1. Contratos por prazo determinado e as garantias de emprego .....	282

15. Contrato de experiência ou de prova .....	283
16. Do contrato de trabalho intermitente .....	284
16.1. Conceito de trabalho intermitente e constitucionalidade .....	284
16.2. Requisitos do contrato de trabalho intermitente .....	286

## **CAPÍTULO IX**

### **DA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ..... 289**

1. Do conceito e requisitos de validade da terceirização .....	289
2. A terceirização na atividade-fim: efeitos .....	293
3. Terceirização na Administração Pública .....	296
4. Aspectos processuais da terceirização .....	302
5. Da responsabilidade nos contratos de subempreitada .....	305
5.1. Da responsabilidade do dono da obra nos contratos de empreitada .....	306
6. Contrato de trabalho temporário .....	307

## **CAPÍTULO X**

### **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO ..... 313**

1. Conceito de alteração contratual e requisitos .....	313
2. Direito de resistência do empregado .....	316
3. Alteração da função .....	316
4. Retorno ou reversão .....	317
5. Promoção .....	318
6. Rebaixamento .....	320
7. O acúmulo de função .....	320
8. Da transferência do empregado .....	322
9. Empregados excluídos da proteção da intransferibilidade .....	323
10. Adicional de transferência .....	324
11. Transferência abusiva e direito de resistência do empregado .....	325

## **CAPÍTULO XI**

### **DA SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO ..... 327**

1. Dos conceitos de interrupção e suspensão do contrato de trabalho e efeitos .....	327
---	-----

2.	Prescrição durante os períodos de suspensão e interrupção .....	328
3.	Hipóteses de suspensão contratual .....	329
3.1.	Afastamento em decorrência do serviço militar .....	329
3.2.	Acidente de Trabalho .....	329
3.3.	Suspensão disciplinar .....	330
3.4.	Suspensão para fins de inquérito judicial para apuração de falta grave .....	330
3.5.	Aposentadoria por invalidez .....	332
3.6.	Suspensão do contrato de trabalho em razão de violência doméstica (Lei Maria da Penha) .....	333
3.7.	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional .....	335
4.	Hipóteses de interrupção contratual (artigo 473 da CLT) .....	336
4.1.	A questão do limbo previdenciário-trabalhista .....	339
4.2.	Afastamento do empregado de isolamento para enfrentamento de emergência de saúde pública (Lei 13.979/20) .....	340
4.3.	Licença-maternidade .....	343

## **CAPÍTULO XII**

<b>DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....</b>	<b>345</b>	
1.	Conceito e nomenclaturas utilizadas .....	345
2.	Da dispensa individual .....	346
2.1.	Natureza do ato do empregador que põe fim ao contrato de trabalho .....	346
3.	Da dispensa coletiva .....	347
3.1.	A dispensa coletiva e o novo direcionamento dado pelo STF .....	351
4.	Da justa causa .....	353
4.1.	Conceito .....	353
4.2.	Requisitos para configuração da justa causa .....	354
4.2.1.	Tipicidade .....	354
4.2.2.	Gravidade .....	354
4.2.3.	Imediatidade .....	354
4.2.4.	Proporcionalidade .....	355
4.2.5.	Determinância .....	355

4.3. Necessidade de o empregador informar ao empregado os motivos da justa causa .....	356
5. Do ônus da prova da justa causa .....	357
6. Hipóteses que autorizam a dispensa por justa causa .....	359
6.1. Ato de improbidade .....	359
6.2. Mau procedimento .....	359
6.3. Incontinência de conduta .....	359
6.4. Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço ..	360
6.5. Condenação criminal .....	360
6.6. Desídia .....	360
6.7. Embriaguez habitual ou em serviço .....	361
6.8. Violação de segredo da empresa .....	362
6.9. Ato de indisciplina .....	362
6.10. Insubordinação .....	362
6.11. Abandono de emprego .....	362
6.12. Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem .....	363
6.13. Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem .....	364
6.14. Prática constante de jogos de azar .....	364
6.15. Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado .....	364
6.16. Atos atentatórios à segurança nacional (Incluído pelo Decreto-lei nº 3/66) .....	364
6.17. A ausência de vacinação do empregado contra a Covid-19 e a possibilidade de dispensa por justa causa .....	365
7. Dano moral (extrapatrimonial) e justa causa .....	365
8. Extinção por culpa recíproca .....	369
9. Do pedido de demissão .....	370
10. Da rescisão indireta do contrato de trabalho .....	370
11. Ônus da prova na rescisão indireta do contrato de trabalho .....	372

12. Hipóteses de rescisão indireta do contrato de trabalho .....	372
12.1. Forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato .....	372
12.2. For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo .....	373
12.3. Correr perigo manifesto de mal considerável .....	373
12.4. Não cumprir o empregador as obrigações do contrato .....	373
12.5. Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo de honra e boa fama .....	374
12.6. O empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem .....	374
12.7. O empregador reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários .....	374
12.8. O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço .....	374
12.9. No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho .....	375
13. Opção por continuar no trabalho enquanto aguarda decisão de processo trabalhista .....	375
14. Extinção do contrato de trabalho por adesão do trabalhador a plano de demissão voluntária (PDV) .....	375
15. Da extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes .....	377
16. A extinção do contrato de trabalho por acordo extrajudicial homologado em juízo .....	378
17. Fato príncipe .....	381
18. Da Força Maior .....	384
19. Do falecimento do empregado e do empregador pessoa física .....	387
20. Extinção dos contratos por prazo determinado .....	388
21. A questão da aposentadoria e a extinção do contrato de trabalho .....	390
22. Das verbas rescisórias (formalidades e pagamento) .....	392
23. Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas .....	395
24. Do aviso prévio: conceito e modalidades .....	396
24.1. Da proporcionalidade do aviso prévio (Lei 12.506/2011) .....	399

**CAPÍTULO XIII****ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO ..... 403**

1. Conceitos: estabilidade e garantia de emprego .....	403
2. A Constituição de 1988, Convenção 158, da OIT, e o fim da estabilidade ...	404
3. Garantias de emprego .....	408
4. Garantia de emprego da gestante e mãe adotante .....	409
5. Membro de CIPA .....	414
6. Dirigente sindical .....	416
6.1. Do inquérito judicial para apuração de falta grave pelo dirigente sindical .....	417
7. Empregado acidentado .....	418
8. Empregado reabilitado e portador de necessidades especiais .....	420
9. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) .....	422
9.1. Conceito e natureza jurídica .....	422
9.2. Recolhimentos .....	423
9.3. Movimentação dos depósitos .....	425
9.4. Prescrição .....	428
9.5. Competência da Justiça do Trabalho .....	428

**CAPÍTULO XIV****DA DURAÇÃO DO TRABALHO ..... 431**

1. Do direito fundamental à limitação de jornada de trabalho .....	431
1.1. Do direito à desconexão do trabalho .....	431
2. Da jornada de trabalho .....	432
3. Horas de percurso ou “in itinere” .....	435
4. Horas de Sobreaviso e prontidão .....	436
5. Turnos ininterruptos de revezamento .....	438
6. Jornada de trabalho a tempo parcial .....	442
7. Da prorrogação da jornada de trabalho .....	443
8. Da prorrogação de horas decorrentes de atividade insalubre .....	445
9. Compensação de horas .....	447
10. Do banco de horas .....	450
11. Efeitos da irregularidade do acordo de compensação de horas .....	453

12. A compensação da jornada no regime 12X36 .....	453
13. Dos empregados excluídos do regime de limitação da jornada de trabalho .....	456
13.1. Da constitucionalidade do art. 62 da CLT .....	456
13.2. Da jornada externa .....	457
13.3. Cargos de gestão .....	459
13.4. Empregados em regime de teletrabalho .....	460
13.5. Da jornada do bancário .....	461
13.5.1. A questão da jornada do bancário que desempenha função de confiança .....	462
13.5.2. Da compensação da gratificação de função com as horas extras deferidas a partir da 6ª diária quando há descaracterização da função de confiança bancária na Justiça do Trabalho .....	466
14. Da prova da jornada de trabalho .....	467
14.1. Dos controles de ponto .....	467
14.2. Do ônus da prova da jornada de trabalho .....	468
14.3. Base de cálculo das horas extras .....	471
15. Do trabalho noturno .....	472
16. Dos períodos de descanso .....	474
17. Do intervalo interjornada .....	475
18. Intervalo intrajornada .....	476
18.1. Do intervalo do trabalhador rural .....	480
18.2. Intervalo em jornada externa .....	481
19. Do intervalo do digitador e <i>telemarketing</i> .....	481
20. Do descanso semanal remunerado e feriados .....	484

## **CAPÍTULO XV**

<b>DAS FÉRIAS .....</b>	<b>491</b>
1. Conceito e natureza jurídica .....	491
2. Da aquisição do direito a férias .....	492
3. Do período concessivo das férias .....	494
4. Das férias coletivas .....	497
5. Da remuneração e do abono de férias .....	499

6. Dos efeitos da extinção do contrato de trabalho nas férias ..... 502  
 7. Da prescrição das férias ..... 503

## CAPÍTULO XVI

### DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO ..... 505

1. Conceitos de salário e remuneração e caracteres ..... 505  
 2. Das gorjetas e sua natureza jurídica ..... 506  
 3. Parcelas que integram o salário ..... 508  
   3.1. Comissões ..... 509  
   3.2. Gratificações ..... 509  
   3.3. Utilidades (salário “in natura”) ..... 510  
   3.4. Décimo terceiro salário ..... 514  
   3.5. Adicionais ..... 515  
     3.5.1. Adicionais de horas extras e noturno ..... 515  
     3.5.2. Adicional de transferência ..... 516  
     3.5.3. Do adicional de insalubridade ..... 516  
     3.5.4. Do adicional de periculosidade ..... 518  
     3.5.5. Da cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade ..... 518  
 4. Parcelas que não integram o salário ..... 520  
   4.1. Prêmios ..... 520  
   4.2. Abono ..... 520  
   4.3. Ajuda de custo ..... 521  
   4.4. Diárias para viagem ..... 521  
   4.5. Participação nos lucros ..... 521  
 5. Parcelas salariais de natureza controvertida ..... 525  
   5.1. Gueltas ..... 525  
   5.2. *Stock options* ..... 526  
   5.3. Direitos de imagem e arena ..... 527  
 6. Regras protetivas do salário ..... 530  
   6.1. Irredutibilidade do salário ..... 530  
   6.2. Impenhorabilidade do salário ..... 532  
   6.3. Intangibilidade salarial ..... 535

7. Modalidades de salário .....	537
8. Salário mínimo .....	537
9. Do salário profissional .....	538
10. Do salário normativo ou convencional .....	539
11. Da correção monetária do salário .....	540
12. Do <i>truck system</i> .....	545
13. Periodicidade de pagamento do salário .....	545
14. Não discriminação salarial .....	546
15. Formalidades de pagamento .....	546
16. Da equiparação salarial .....	548
16.1. Requisitos para a equiparação salarial .....	549
16.1.1. Mesmo empregador .....	549
16.1.2. Mesma localidade .....	550
16.1.3. Identidade de funções .....	550
16.1.4. Simultaneidade no exercício da função .....	551
16.2. Requisitos elidentes da equiparação salarial .....	552
16.2.1. Existência e quadro de carreira .....	552
16.2.2. Tempo de serviço e tempo no exercício da função .....	552
17. Salário não estipulado e equiparação salarial por equivalência .....	554
18. Desvio de função .....	555

## **CAPÍTULO XVII**

<b>PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>557</b>
1. Dos conceitos de prescrição e decadência .....	557
2. O regramento constitucional da prescrição trabalhista .....	559
3. Da prescrição de parcelas sucessivas .....	561
3.1. Complementação de aposentadoria .....	562
4. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição .....	563
5. Prescrição da pretensão declaratória .....	568
6. Da prescrição intercorrente .....	568
7. Do momento de arguição da prescrição .....	572
8. Reconhecimento da prescrição de ofício .....	573

9. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i> .....	577
10. Da prescrição do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho .....	577
11. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho .....	580
12. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal .....	582

## CAPÍTULO XVIII

### DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO ..... 585

1. Do dano .....	585
2. A responsabilidade civil .....	586
3. Da responsabilidade civil do empregador por danos causados a seus empregados .....	587
4. Da responsabilidade civil do empregador por atos de seus prepostos ou empregados por danos causados a terceiros .....	588
5. Da responsabilidade do empregado por danos causados ao empregador .....	588
6. Da responsabilidade do empregador pelos danos causados ao empregado decorrentes do acidente de trabalho .....	589
6.1. Do acidente de trabalho .....	589
6.1.1. Reparações devidas ao trabalhador nos casos de danos decorrentes de acidentes de trabalho .....	593
6.2. Teorias sobre a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho .....	594
6.3. Teoria da responsabilidade subjetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho .....	594
6.4. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho .....	595
6.5. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado nas atividades de risco .....	598
6.6. Teoria da responsabilidade subjetiva com culpa presumida do empregador .....	603
7. Do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho ...	604
7.1. Do dano moral (extrapatrimonial) na Consolidação das Leis do Trabalho .....	607

7.1.1.	Integridade física .....	608
7.1.2.	Intimidade .....	609
7.1.3.	Honra .....	610
7.1.4.	Liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade .....	611
7.1.5.	Imagem .....	612
7.1.6.	Saúde, o lazer e a integridade física .....	613
8.	Dano moral (extrapatrimonial) reflexo ou em ricochete .....	614
9.	Reparabilidade do dano moral e requisitos .....	617
10.	Assédio moral .....	619
10.1.	Espécies de assédio moral .....	621
11.	Assédio sexual .....	622
11.1.	A prova do dano moral nas violações da intimidade do empregado em que não há publicidade do fato (assédio moral e assédio sexual) .....	623
12.	Dano estético e o dano moral .....	626
13.	O dano moral coletivo .....	627
14.	Do valor da reparação por danos morais .....	632

## **CAPÍTULO XIX**

<b>NORMAS TUTELARES .....</b>	<b>635</b>	
1.	Da Carteira de Trabalho e Previdência Social .....	635
1.1.	Reclamação por falta de anotação da CTPS .....	638
1.2.	Ausência de anotações, fraude e falsidade documental .....	639
2.	Da proteção ao trabalho da mulher .....	642
2.1.	Das práticas discriminatórias .....	645
2.2.	Dos atestados de gravidez .....	646
2.3.	Da proteção à maternidade .....	647
3.	Da proteção ao trabalho do menor .....	655
3.1.	Trabalho prejudicial à moralidade do menor .....	657
3.2.	Jornada de trabalho do menor .....	659
3.3.	Do contrato de aprendizagem .....	659
3.3.1.	Requisitos do contrato de aprendizagem .....	661
3.3.2.	Da extinção do contrato de aprendizagem .....	662
3.4.	Da prescrição contra o menor .....	663

**CAPÍTULO XX****SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO ..... 665**

1. Do meio ambiente do trabalho ..... 665
2. Princípios do direito ambiental do trabalho ..... 667
  - 2.1. Competência da Justiça do Trabalho para as ações relacionadas ao Meio Ambiente do Trabalho ..... 668
3. Da segurança e medicina do trabalho ..... 671
  - 3.1. Da saúde do trabalhador ..... 673
4. Obrigações das empresas e dos empregadores ..... 675
5. Obrigações do empregado ..... 676
6. Órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas – SESMT ... 677
7. Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) ..... 678
8. Do trabalho em condições de insalubridade ..... 679
9. Da regulamentação das atividades insalubres ..... 680
10. Atividades não regulamentadas pelas normas regulamentares do Ministério do Trabalho ..... 681
11. Da eliminação da insalubridade ..... 683
12. Do Trabalho em condições de periculosidade ..... 683
13. Da necessidade de estar regulamentada por norma regulamentar ..... 686
14. Da eliminação da periculosidade ..... 686
15. Do adicional de penosidade ..... 687
16. Da necessidade de perícia técnica para apuração de insalubridade e periculosidade ..... 688

**CAPÍTULO XXI****FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO ..... 693**

1. Conceito e competência para a fiscalização do trabalho ..... 693
2. Do procedimento da fiscalização trabalhista ..... 695
  - 2.1. Da imposição de penalidade ..... 696
  - 2.2. Da anotação pelo Auditor Fiscal do Trabalho em ato de fiscalização ..... 697
  - 2.3. Do domicílio eletrônico trabalhista ..... 698
  - 2.4. Do auto de infração ..... 699
3. Dos recursos ..... 703
4. Do depósito, da inscrição e da cobrança das multas ..... 704

**CAPÍTULO XXII**

<b>DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....</b>	<b>707</b>
1. Referências históricas .....	707
2. Autonomia do Direito Coletivo do Trabalho .....	708
3. Conceito do Direito Coletivo do Trabalho ou Direito Sindical? .....	709
4. Do interesse coletivo .....	710
5. Dos princípios do Direito Coletivo do Trabalho .....	711
5.1. Princípios específicos do Direito Coletivo do Trabalho .....	711
5.1.1. Liberdade sindical .....	711
5.1.2. Princípio da liberdade de associação .....	713
5.1.3. Equilíbrio entre os entes coletivos .....	714
5.1.4. Boa-fé objetiva dos entes coletivos .....	715
5.1.5. Participação obrigatória do sindicato nas negociações co- letivas .....	715
5.1.6. Princípio da adequação setorial negociada .....	716
6. Pluralidade x unicidade sindical .....	716
7. Das categorias profissional, econômica e diferenciada .....	717
8. Do sindicato .....	720
8.1. Conceito .....	720
8.2. Natureza jurídica do sindicato .....	720
8.3. Funções do sindicato .....	721
8.4. A administração do sindicato e a constitucionalidade do art. 522 da CLT .....	722
9. Do enquadramento sindical .....	723
10. Desmembramento da categoria e surgimento de novo sindicato .....	725
11. Entidades sindicais de nível superior .....	726
12. As centrais sindicais .....	727
13. Das eleições sindicais .....	728
14. Das receitas sindicais .....	730
14.1. Contribuição sindical .....	730
14.2. Da contribuição confederativa .....	731
14.3. Contribuição assistencial .....	732
14.4. Mensalidade sindical .....	734

15. Comissão de representantes de empregados .....	734
16. Condutas antissindicais .....	737
17. Do conflito coletivo de trabalho .....	741
17.1. Espécies de conflitos coletivos do trabalho .....	742
18. Das formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho .....	743
18.1. Autotutela .....	743
18.2. Autocomposição .....	743
18.3. Heterocomposição .....	744
19. Mediação e conciliação nos conflitos coletivos do trabalho .....	744
20. Da negociação coletiva de trabalho: conceito e finalidades .....	748
21. Flexibilização de direitos trabalhistas por meio de convenções e acordos coletivos de trabalho .....	750
21.1. Da constitucionalidade do art. 611-A da CLT e o tema 1046 de Repercussão Geral do STF .....	754
21.2. Interpretação das normas coletivas .....	755
21.3. Direitos indisponíveis na negociação coletiva, sob a ótica da Lei 13.467/17 .....	756
21.4. Requisitos para celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho e conteúdo de suas cláusulas .....	757
21.5. Prazo de vigência da norma coletiva e a questão da ultratividade .....	760
21.6. Da possibilidade de negociação direta entre trabalhadores e empresa (art. 617 da CLT) .....	763
21.7. Prevalência das disposições constantes do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho .....	764
21.8. Anulação de acordos e convenções coletivas e ação anulatória .....	766
22. Competência da Justiça do Trabalho para as controvérsias decorrentes de matéria sindical .....	772
23. Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho brasileira .....	776
24. Do dissídio coletivo .....	779
24.1. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica .....	781
24.2. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar? .....	786
24.3. Do procedimento no dissídio coletivo .....	786
25. Da ação de cumprimento .....	791

26. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) e atuação do sindicato .....	796
27. Da greve .....	806
27.1. Conceito e origens .....	806
27.2. Greve dos servidores públicos .....	807
27.3. Do procedimento da greve: direitos e obrigações .....	808
28. Locaute .....	815
29. As ações decorrentes da greve e A competência da Justiça do Trabalho .....	815
30. Arbitragem nos conflitos coletivos .....	819
31. Das comissões de conciliação prévia .....	821
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>827</b>